

# Políticas de Igualdade para o Ambiente

20-Fev-2009

Alda Macedo

Uma das repercussões da expansão neoliberal para novas áreas de exploração mercantil é o alargamento da comercialização de recursos naturais de suporte, com impactes ambientais que põem em causa a sustentabilidade global.

O quarto relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações do Clima não deixa dúvidas sobre a emergência ambiental em que se encontra a humanidade. As consequências do modelo de crescimento capitalista mostram-se dramaticamente previsíveis no quadro da saúde humana, da alteração dos ciclos vegetativos e da perda de biodiversidade, da segurança alimentar, da configuração dos territórios terrestres, da disponibilidade de água potável, entre outros. A alternativa é hoje, mais do que nunca, entre a catástrofe ambiental e a aposta na mudança socialista.

Em Portugal, a combinação das políticas de uma burguesia conservadora e periférica com as limitações da resposta dos movimentos ambientalistas tem resultado em atentados contra o bem comum e a saúde pública através de despejos ilegais de resíduos e efluentes, contaminação difusa de regiões amplas; perda de reservas naturais, degradação de recursos aquáticos, de recursos marinhos e costeiros. Um programa para mudar de vida precisa de tomar em consideração o contexto do país no mundo e do país confrontado consigo mesmo.

• Acabar com o desperdício

O mercado fundado sobre o aumento constante e desigual do consumo não é nem sustentável nem permite justiça social. O desperdício de recursos naturais, seja para produção de energia, seja para a produção de bens de consumo, não pode continuar a crescer indefinidamente. É urgente racionalizar o uso de recursos (energia, de água, de minerais), garantindo ao mesmo tempo a justiça no acesso a alimentos, conforto, comunicação e, portanto, a democracia.

1. Um programa para aumentar a eficiência energética e no reaproveitamento de águas. O Bloco de Esquerda compromete-se com a definição de metas rigorosas para o aumento de eficiência energética, 2015 deve corresponder ao ano de melhoria de 20% da eficiência energética.

É preciso um programa com financiamento e calendário para obras de reabilitação de edifícios (visando a eficiência energética e o reaproveitamento de águas cinzentas) e um plano de formação específica para a indústria da construção. É preciso um calendário para que em 2015 tenham sido banidas todas as lâmpadas incandescentes e a comercialização de electrodomésticos que não sejam de classe A.

2. A obsolescência dos bens de consumo provoca cada vez mais resíduos tecnológicos. Numerosas "atualizações" tecnológicas têm insignificantes ganhos na qualidade de produto, quando comparados com os custos ambientais da

substituí-los constantemente de equipamentos. É prioritário aumentar a durabilidade dos bens de consumo. Para esse efeito, o Bloco de Esquerda defende o alargamento dos prazos de garantia como forma de obrigar os construtores.

3. A susceptibilidade dos mais jovens às estratégias de marketing transformou-os no destinatário privilegiado da publicidade comercial, que faz do consumo a fonte de identidade pessoal. O Bloco de Esquerda compromete-se com a proibição de publicidade nos horários de emissão e em publicações destinadas a crianças.

4. Garantir o direito à água obriga a um esforço muito significativo na redução do desperdício. O aproveitamento das águas cinzentas passa por uma mudança nas normas de construção dos edifícios. É preciso ao mesmo tempo modernizar a rede de distribuição e a instalação de contadores de controlo para reduzir a perda de água – cara, porque tratada para ser bebida – ao longo da distribuição. Defendemos a re-municipalização das empresas de distribuição e tratamento das águas. A lei de tarifas de água deve garantir a universalidade do direito ao consumo mínimo de subsistência mas tem ao mesmo tempo que servir como factor de motivação para um auto-controle inteligente através do agravamento progressivo dos escalões de maiores consumos per capita.

#### € Mudar de modelo

É no sector da energia e do ordenamento do território que uma mudança de modelo se impõe com a maior emergência para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

1. Vivemos sob o império da prioridade ao transporte rodoviário. A mudança deve começar pela promoção do transporte público, com primazia sobre o transporte privado e dando prioridade ao investimento no modo ferroviário, menos poluente. Um programa coerente alargará progressivamente os perímetros urbanos onde é proibida a circulação em veículo individual privado, a rede de corredores dedicados aos modos suaves e os canais de transportes públicos. O Bloco de Esquerda defende um Plano Nacional Ferroviário que assegure as ligações transversais e norte-sul/interior tendo como meta a ligação das principais capitais de distrito.

2. Defender a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental significa defender as reservas naturais e as áreas protegidas. Esta lógica não pode ser subordinada aos negócios do imobiliário. A cativação pública das mais-valias urbanísticas simples devolve à esfera pública a responsabilidade de planeamento do território e as receitas da valorização dos solos em resultado da sua classificação.

3. A segurança do consumo de electricidade e a redução do impacto da produção de energia eléctrica obrigam a uma mudança radical, para um modelo de produção que se funde sobre fontes de energia renováveis. Por razões de segurança do abastecimento, de defesa de um modelo tarifário que promova a justiça social e o desenvolvimento, defendemos a nacionalização das empresas produtoras, distribuidoras e comercializadoras de electricidade. Na transição das grandes unidades para a microgeração é fundamental proteger a saúde pública das radiações provenientes dos campos electromagnéticos gerados pelas linhas de transporte de electricidade. A produção eólica tem sido a grande aposta ao longo dos últimos anos, produzindo já 20% da electricidade consumida no país. Esta percentagem fica aquém do que a energia solar representa de potencial. Falta a criação de uma linha de crédito para a universalização da energia solar térmica e fotovoltaica com vista à promoção de edifícios activos na produção de electricidade.

#### € Prevenir impactos

A generalização de culturas com organismos geneticamente modificados (OGM) apresenta o risco de contaminação das espécies autóctones e consequentemente a perda de biodiversidade. Recolocar a discussão sobre o risco da

contaminação com OGM e defender a criação de um Banco Nacional de Sementes.

#### Reabilitar territórios

A contaminação resultante do depósito de escórias, sucatas e lamas de todo o tipo resulta na contaminação difusa de parcelas amplas do território, de águas superficiais e de águas-feras. O século XXI não pode continuar a conviver nem com um passivo ambiental que tarda em ser resolvido nem com crimes contra o ambiente que resultam do incumprimento das normas. A monitorização dos territórios e das águas contaminadas, a identificação e monitorização das fontes emissoras de novos poluentes são o objectivo da criação de uma Unidade de Missão para a Reabilitação Ambiental do Território.